



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DA SEGUNDA PROCURADORIA**

PROCESSO: 27192/2007

ASSUNTO: TCA

PARECER Nº 147/2010-CF

EMENTA: TCA. SEL/DF. 2006. Análise inicial. Determinação de instauração de TCE e a audiência dos gestores. Corpo Técnico pelo sobrestamento do julgamento. MPCDF aquiesce.

Cuidam os autos da Tomada de Contas Anual da Secretaria de Estado de Esporte e Lazer do DF – SEL/DF, referente ao exercício de 2006.

2. Após a análise inicial dos autos, o TCDF prolatou a Decisão 978/09, de 03/03/2009, nos seguintes termos:

O Tribunal, por unanimidade, de acordo com a proposta do Relator, decidiu: I. tomar conhecimento da tomada de contas anual dos Administradores, Agentes de Material e demais responsáveis pela Secretaria de Estado de Esporte e Lazer do DF, referentes ao exercício de 2006; II. relevar o atraso apontado pela Instrução para remessa dos autos a esta Corte; III. determinar à Secretaria de Estado do Esporte que encaminhe à Secretaria de Estado de Fazenda as Prestações de Contas referentes aos repasses de recursos financeiros às Instituições Esportivas, a exemplo dos Processos n.ºs. 220.000.228/06 e 220.000.368/06, para exame e apreciação, nos termos do art. 18 do Decreto n.º 16.098/94; IV. determinar à Secretaria de Estado do Esporte que adote providências junto à Corregedoria-Geral do Distrito Federal, com vistas à instauração de TCE para apurar o desaparecimento dos bens não localizados por ocasião do Inventário Patrimonial (Processo n.º 040.001.928/07), nos termos do art. 9º da Lei Complementar n.º 1/94; V. determinar a audiência dos responsáveis pela Secretaria de Estado de Esporte e Lazer, à época dos fatos, com exceção daquele que exerceu o cargo de Secretário de Apoio Operacional – Substituto, para que apresentem razões de justificativa acerca dos fatos apontados no Relatório de Auditoria n.º 129/2007, bem como pelas irregularidades assinaladas no Processo n.º 7.321/06 (inexigibilidade de licitação) e pelas verificadas quanto ao emprego da força de trabalho (existência de cargos em comissão em número superior ao de ocupantes de cargos efetivos, caracterizando burla ao instituto do concurso público); VI. julgar, com fundamento no art. 17, inciso I, da Lei Complementar n.º 1/94, regulares as contas do Agente de Material da Secretaria de Estado de



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DA SEGUNDA PROCURADORIA

Esporte e Lazer do DF, relativas ao exercício de 2006, na forma do acórdão apresentado pelo Relator.

3. Com relação à diligência determinada no item III do mencionado *decisum*, o Corpo Técnico informou:

4.1. O Processo nº 220.000.368/06 – foi encaminhado à Secretaria de Fazenda, que considerou a prestação de contas regular e aprovada, conforme Ofício nº 865/07-GETOC/SEF, de 27.09.07 (fls. 168). O processo encontra-se arquivado na Seção de Documentação Contábil/SEF (fls. 167).

4.1.1. O Processo nº 220.000.228/06 – foi analisado pelo executor do convênio, aprovado pelo Ordenador de Despesa e encaminhado ao Departamento Geral de Contabilidade/SEF, que devolveu os autos, após verificar a existência de notas fiscais emitidas após a vigência do convênio. A conveniente, por duas vezes, apresentou justificativa acerca do problema. Após análise dos argumentos, os autos foram encaminhados à PG/DF, que entendeu não haver irregularidade no convênio. Em seguida, a prestação de contas foi encaminhada para a Assessoria Especial da UAG, com o posterior encaminhamento ao executor para conhecimento e manifestação, e, depois, à Secretaria de Fazenda.

4.1.2. Consoante pesquisa efetuada no SICOP, os citados processos encontram-se arquivados na SEF (fls. 277 e 278).

4. No tocante ao item IV, as considerações foram as seguintes:

4.2. Foi autuado o Processo nº 220.000.385/07 para apurar os bens inventariados de 2007 e não localizados.

4.2.1. A instauração da TCE foi comunicada ao Tribunal por meio do Ofício nº 1634/08-GAB/CGDF, encontrando-se registrada no Processo nº 3340/04 para acompanhamento (fls. 279).

5. Na sequência, a Unidade Técnica analisou minuciosamente cada um dos argumentos apresentados pelos responsáveis nas razões de justificativas encaminhadas em atendimento ao item V da Decisão 978/09.

6. Com relação ao Sr. Sérgio Augusto Barreto, o Corpo Técnico concluiu:

7.3.10.3. O Sr. Sérgio Augusto Barreto, ocupou o cargo de Secretário no período de 06/04 a 18/07/06. Durante a sua gestão ocorreu o evento “Festividade P-Norte para Cristo” nos dias 30/04 e 01/05/06. A variedade de falhas e/ou irregularidades verificadas nos processos de licitação para aquisições de bens e serviços destinados ao acontecimento, indicadas no Relatório de Auditoria nº 129/07, subitens 2.3.1.1.1 (Proc. 220.000.139/06),



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DA SEGUNDA PROCURADORIA

2.3.1.1.2 (Proc. 220.000.140/06), 2.3.1.1.3 (Proc. 220.000.143/06), 2.3.1.2.1 (Proc. 220.000.144/06), 2.3.1.2.2 (Proc. 220.000.145/06); 2.3.1.2.3 (Proc. 220.000.146/06) e 2.3.1.2.4 (Proc. 220.000.147/06) poderão ser objeto de ressalvas nas contas do ex-dirigente, por *culpa invigilando*, decorrente do poder hierárquico.

7.3.10.3.1. Todavia a gestão em apreço, a nosso ver, não deverá ser julgada, até que ocorra a apreciação da defesa apresentada no Processo nº 31.173/07, em razão do achado 11, indicado na alínea “I”, do item II, da Decisão nº 6544/08, fls.69/71.

7. A análise efetuada, com relação ao Processo 31173/07 foi a seguinte:

7.3.9.2.2. Os Convênios referentes aos processos em questão, segundo informações extraídas do Processo nº 31.173/07, tiveram os seguintes prazos de vigência:

- 220.000.429/06 - Convênio 23/06 - “37ª Corrida de Reis” – Convênio 23/06 - vigência 22/12/06 a 07/03/07;

- 220.000.312/06 - Convênio 15/2006 - “Apoio ao Desenvolvimento ao Esporte Amador” - Vigência 28/06/06 a 21/12/2006;

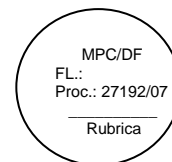
- 220.000.368/06 - Convênio 21/2006 - “Federação Brasiliense de Futebol de Salão” - vigência 28/08/06 a 31/12/2007.

7.3.9.2.3. Na defesa ali apresentada, o defendente alega, em síntese, que nas atribuições do Secretário não constam qualquer competência ou responsabilidade relativa ao acompanhamento e supervisão do cumprimento das obrigações do executor do convênio, prerrogativa da Diretoria Administrativa e Financeira, conforme art. 10 do Regimento Interno da SEL. Assevera, também, que inexistente qualquer norma lhe atribuindo o dever de ouvir os executores antes ou depois da fase de prestação de contas.

7.3.9.2.4. Tais razões deverão ser analisadas no Processo 31.173/07 pendente de apreciação a fim de evitar conflitos de mérito.

7.3.9.2.5 Frise-se que as falhas apontadas pela auditoria, nos Processos nºs 220.000.312/06 e 220.000.429/06, foram atribuídas a ordenadores de despesas e executores, à época, bem como ensejado instauração de TCE conforme Decisão nº 6544/08 (fls. 69/71). As TCE's referentes a esses autos estão sendo aguardadas nos Processos nºs 37.478/08 e 37.494/08, respectivamente.

8. No tocante ao Sr. Weber de Azevedo Magalhães, trouxe as seguintes conclusões:



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DA SEGUNDA PROCURADORIA

8.5.3. Da análise das razões de justificativa em apreço não se vislumbra ocorrência de falha e/ou irregularidade na gestão do defendente. No entanto o julgamento de suas contas poderá ser adiado até a conclusão do Processo nº 31.173/07, no qual se examina defesa do Justificante acerca do achado 11, mencionado no item II, alínea “I” da Decisão nº 6544/08 (fls. 69/71), referente à prestação de contas de convênios.

9. No tocante ao Sr. Hebert William de Oliveira Félix, as conclusões foram as seguintes:

9.17.2.1. A gestão do então Subsecretário de Apoio Operacional foi marcada por várias falhas e/ou irregularidades não elididas pelo ordenador de despesas. No entanto o julgamento de suas contas deverá ser adiado até a conclusão dos Processos nº 7.321/06 e 31.173/07.

10. As considerações acerca do processo **7321/06** foram:

9.16. Processo 7.321/06 – Processo nº 220.000.070/06 (fls. 274 e 275)

9.16.1. O justificante esclarece que a Secretaria de Esporte e Lazer reconheceu a inexigibilidade de licitação para contratação direta do Instituto Pró-Lazer, para atender despesas com realização do Mega Evento Show Bola, no dia 18.02.2006 no Ginásio Nilson Nelson.

9.16.1.1. Salientou que, na Decisão nº 7.761/08, o Tribunal, por unanimidade de acordo com o voto da Relatora, decidiu: I – conhecer do pedido de reexame interposto pelo Sr. HERBERT WILLIAN DE OLIVEIRA FÉLIX (fls. 410 a 420), suspendendo, nos termos do art. 47 da Lei Complementar nº 1/94, os efeitos da deliberação objeto da Decisão nº 5860/2008 e do Acórdão nº 226/2008; II - dar ciência desta decisão ao referido cidadão, à Secretaria de Estado de Esporte e à Corregedoria Geral do DF, informando-lhes que o recurso em apreço pende de exame de mérito; III – devolver os autos à 2ª ICE, para o exame do mérito do recurso em causa. Ou seja, o processo sobre o mérito está em análise.

Nossas Considerações:

9.16.2. Inicialmente cabe relembrar as irregularidades constatadas pela Inspeção de que trata o Processo em tela, bem como as Decisões exaradas pelo Tribunal em decorrentes dos fatos:

- inobservância de diversos dispositivos legais e regulamentares, art. 60 da Lei nº 4.320/64, art. 26 da Lei nº 8.666/93, Portaria nº 19/2005-SEL e IN nº 18/2005-CGDF;
- liberação dos recursos e emissão de nota de empenho um dia antes da realização do evento, quando os gastos já tinham sido realizados;
- liberação de vultosa quantia a entidade sem a necessária qualificação prévia, sem cadastro junto à Secretaria de Fazenda e criada há menos de um mês da realização do evento;



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DA SEGUNDA PROCURADORIA**

- assinatura do ajuste pelo agente público sem competência para fazê-lo;
- ausência de prestação de contas à época;

9.16.2.1. Por meio da **Decisão nº 6077/06**, o Tribunal decidiu “I - tomar conhecimento da inspeção realizada na Secretaria de Esporte e Lazer; II – em face da possibilidade de aplicação da multa prevista no art. 57, inciso II, da LC nº 01/94, determinar audiência do senhor nominado no § 17 da instrução para que apresente as razões de justificativa quanto às irregularidades apontadas nos §§ 6, 7, 9 a 13 da referida peça, bem assim quanto à necessidade de se demonstrar, no caso concreto, a predominância do interesse público sobre o particular na realização de evento esportivo [...]”.

9.16.2.2. Pela **Decisão nº 5860/08**, a Corte deliberou: I) tomar conhecimento: [...] **2. das justificativas apresentadas pelo senhor nomeado no § 30 da Informação nº 84/07, considerando-as insuficientes para afastar as irregularidades tratadas nos autos; II) aprovar o acórdão apresentado pelo Relator, aplicando ao Senhor Herbert William de Oliveira Félix as seguintes sanções: 1. nos termos do art. 57, inciso II, da Lei Complementar nº 01/94, multa por não ter demonstrado a predominância do interesse público sobre o particular nem afastado as imputações de inobservância a dispositivos legais e regulamentares quando da assinatura do Convênio nº 02/2006, entre a Secretaria de Estado de Esporte e o Instituto Pró-Lazer; 2. com base nos mesmos fundamentos de fato, inabilitação para exercício de cargo em comissão ou função de confiança no âmbito da Administração Pública do Distrito Federal pelo período de 5 (cinco) anos, com amparo no art. 60 da Lei Complementar nº 01/94; [...]”.**

9.16.2.3. Irresignado, o nomeado interpôs recurso, provocando a **Decisão nº 4553/09 in verbis**.

“O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I. dar provimento parcial ao Pedido de Reexame da Decisão nº 5860/2008 e do Acórdão nº 226/2008, interposto pelo Sr. Herbert William de Oliveira Félix (fls. 410/420), quanto aos aspectos processuais alegados, no que pertine à sua inabilitação para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança no âmbito do Distrito Federal (art. 60 da Lei Complementar nº 1/94); **II. determinar a audiência do responsável, Sr. Herbert William de Oliveira Félix, para apresentar, no prazo de 30 (trinta) dias, as justificativas que tiver em sua defesa, em razão dos fatos e irregularidades apontados no parágrafo 36 da instrução, tendo em vista a possibilidade de aplicação da pena de inabilitação para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança, no âmbito da Administração Pública do Distrito Federal, pelo período de cinco (5) anos, de acordo com as disposições do art. 60 da Lei Complementar nº 1/94;** III. autorizar o envio de cópia da instrução e do parecer do Ministério Público ao recorrente, com o fim de subsidiar a elaboração das justificativas que entender por bem apresentar à Corte; **IV. sobrestar o exame do mérito do recurso interposto pelo Sr. Herbert**



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DA SEGUNDA PROCURADORIA**

William de Oliveira Felix, até a finalização do processamento da nova audiência determinada; V. determinar o retorno dos autos à 2ª ICE, para os fins devidos.” (grifei)

9.16.2.4. As irregularidades elencadas no citado § 36 da instrução, Informação nº 85/2009, fls. 436/459 do Processo nº 7.321/06, são:

- a) aditar ajuste extinto e aduzir notas fiscais com datas posteriores;
- b) usurpação de competência e ausência de segregação de função;
- c) solicitar cota financeira antes da celebração do convênio;
- d) ausência de tempestiva prestação de contas;
- e) aplicação de verba pública em evento de natureza privada;
- f) formalização incorreta da Autorização de Uso do Ginásio Nilson Nelson;
- g) falta de ratificação e publicação legal;
- h) ausência do extrato de conta corrente junto ao Banco de Brasília;
- i) ausência de registro do convênio;
- j) não apresentação de Alvará do Corpo de Bombeiro do DF;
- k) não reconhecimento do CNPJ do Instituto Pró-Lazer, relativo à Certidão Negativa de Débitos;
- l) falta de pagamento da taxa de ocupação do Ginásio;
- m) prorrogação de convênio extinto e sem a devida chancela do titular competente;
- n) gastos verificados a título de “pagamento fora de prazo”, taxa de administração” e “elaboração do projeto”, vedados pela Cláusula Sétima do Convênio;
- o) evidência de instituição do Pró-Lazer para a realização do evento.

19.16.2.4. Como se vê, pende de exame de mérito o recurso atinente à aplicação da pena de inabilitação para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança, no âmbito da Administração Pública do Distrito Federal, pelo período de cinco (5) anos, de acordo com as disposições do art. 60 da Lei Complementar nº 1/94.

19.16.2.5. Diante disso, entende-se prudente aguardar o desfecho do processo em causa, vez que pode refletir no julgamento das contas do então Subsecretário.

11. Por fim, foi informado que Luiz Augusto de Almeida Castro, não se manifestou, sendo que, não obstante a revelia do indigitado, o julgamento de sua gestão poderá ser adiado até a conclusão do processo 31173/07.

12. A situação dos dirigentes chamados em audiência, após as análises ficou assim definida:

- Sérgio Augusto Ribeiro - falhas e/ou irregularidades apontadas no Relatório de Auditoria nº 129/07, subitens 2.3.1.1.1 (Proc. 220.000.139/06), 2.3.1.1.2 (Proc. 220.000.140/06), 2.3.1.1.3 (220.000.143/06); 2.3.1.2.1 (Proc.



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DA SEGUNDA PROCURADORIA

220.000.144/06), 2.3.1.2.2 (Proc. 220.000.145/06); 2.3.1.2.3 (Proc. 220.000.146/06) e 2.3.1.2.4 (Proc. 220.000.147/06), dependendo do resultado do Processo 31.173/07.

- Weber de Azevedo Magalhães - falhas e/ou irregularidades objetos dos subitens 1.3.1, 1.3.2 e 1.3.4 do citado Relatório, dependendo do resultado do Processo nº 31.173/07, bem como a inobservância do percentual mínimo de 50% no preenchimento dos cargos em comissão;

- Herbert William de Oliveira Félix- falhas e/ou irregularidades citadas nos subitens, 1.1.1.2.5.1, 1.2.2, 1.3.1, 1.3.2, 1.3.3, 1.3.4, 2.3.1.1.1, 2.3.1.1.2, 2.3.1.1.3, 2.3.1.2.1, 2.3.1.2.2, 2.3.1.2.3 e 2.3.1.2.4 do Relatório de Auditoria 129/07, dependendo do resultado do Processo nº 31.173/07; irregularidades apuradas no Processo nº 7321/06 em tramitação e inobservância do percentual mínimo de 50% no preenchimento dos cargos em comissão;

- Luiz Augusto de Almeida Castro, revel, falhas e/ou irregularidades mencionadas no subitem 1.3.1 do Relatório de Auditoria, dependendo do resultado do Processo nº 31.173/07 e inobservância do percentual mínimo de 50% no preenchimento dos cargos em comissão.

13. As sugestões da Unidade Técnica foram as seguintes:

12. Quanto ao Sr. Alexsander do Nascimento, Secretário de Apoio Operacional-Substituto, não chamado em audiência por responder pela Unidade por curtos períodos, suas contas deverão ser julgadas oportunamente, em conjunto com as dos demais gestores.

I) tomar ciência da documentação de fls. 165/173, considerando as informações satisfatórias;

II) conhecer das razões de justificativa apresentadas pelos gestores da SEL, adiando o julgamento de mérito até a conclusão dos Processos nºs 7.321/06 e 31.173/07;

14. Os autos vieram ao Ministério Público para parecer, que sem mais delongas aquiesce com a Unidade Técnica.

É o parecer.

Brasília, 01 de março de 2010.

CLÁUDIA FERNANDA DE OLIVEIRA PEREIRA
Procuradora do MPC/DF